

---

# ἄρχαί

AS ORIGENS DO PENSAMENTO OCIDENTAL  
THE ORIGINS OF WESTERN THOUGHT

---

DOSSIÊ: A DEMOCRACIA ANTIGA REVISITADA

## “O legislador não faz nada em vão”: uma nota sobre *Pol. IV.1*

“The legislator does nothing in vain”: a note on *Pol. IV.1*

Victor Gonçalves de Sousa <sup>i</sup>  
<https://orcid.org/0000-0001-5548-9104>  
sousa.victor1992@gmail.com

<sup>i</sup> Universidade de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil

GONÇALVEZ, V. G. (2024). “O legislador não faz nada em vão”: uma nota sobre *Pol. IV.1*. *Archai* 34, e03432.

**Resumo:** Neste artigo, pretendo oferecer algumas razões para se dizer que Aristóteles sustenta a tese de que a εὐδαιμονία não apenas oferece o critério normativo que orienta a instituição e a reforma de regimes que estão aquém do melhor regime, como também é aquilo que é visado pela instituição e pela reforma destes regimes, pois o

melhor regime não é, para Aristóteles, senão o regime no qual a εὐδαιμονία pode ser alcançada em máximo grau (cf. *Pol.* VII.13 1332a4-7).

**Palavras-chave:** Aristóteles, Política, Método, Eudaimonia, *Pol.* IV.1, A natureza não faz nada em vão

**Abstract:** In this paper, I intend to give some reasons for thinking that Aristotle holds the view that εὐδαιμονία not only provides the normative criterium that regulates the institution and reform of constitutions that fall short of the best one, but is also what is aimed at by the institution and reform of such constitutions, since, for Aristotle, the best constitution is just the constitution in which εὐδαιμονία can be maximally achieved (cf. *Pol.* VII.13 1332a4-7).

**Keywords:** Aristotle, Politics, Method, Eudaimonia, *Pol.* IV.1, Nature does nothing in vain.

---

## 1

Neste artigo,<sup>1</sup> pretendo oferecer algumas razões para se dizer que Aristóteles sustenta a tese de que a εὐδαιμονία não apenas oferece o critério normativo que orienta a instituição e a reforma dos regimes que estão aquém do melhor regime, como também é aquilo que é visado pela instituição e pela reforma destes regimes, pois o melhor regime não é, para Aristóteles, senão o regime no qual a εὐδαιμονία

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado de um projeto de pesquisa mais amplo, que conta com apoio de bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do processo nº 2019/05555-7 e do processo nº 2022/03987-0. Esta é uma versão deveras resumida de um trabalho que tive a oportunidade de apresentar como uma aula em curso de pós-graduação ministrado pelo Professor Eduardo Wolf na UnB, a quem agradeço em primeiro lugar, e de um texto que pude apresentar no “XIX Seminário Internacional Archai: Democracia antiga revisitada”, oportunidade em que me beneficieei de perguntas e comentários feitos por Gabriele Cornelli, Pedro Dotto, Daniel Nascimento, Pilar Spangenberg e Eduardo Wolf. Por fim, agradeço a Evan Keeling, Rodrigo Sponchiado Uemura e Marcos Tadeu Neira Miranda por comentários feitos a um rascunho deste artigo.

pode ser alcançada em máximo grau (cf. *Pol.* VII.13 1332a4-7). Isto é, quer-me parecer que o fim visado na instituição e na reforma dos demais regimes é a máxima promoção da εὐδαιμονία, ainda que se trate de reformas que, a princípio, parecem tão somente preservar a existência de um regime desviado, como uma democracia ou uma tirania.

Se isso é verdade, ao se reformar regimes desviados visando sua preservação, o que se está fazendo é algo que, em algum sentido, visa o melhor regime, pois se estaria aproximando este regime do melhor regime em alguma medida. Ademais, ao se considerar o melhor regime possível para uma cidade que não dispõe de recursos para o melhor regime *simpliciter*, o legislador não está senão tentando instituir o melhor regime *tanto quanto possível*, de modo que regimes corretos que estão aquém do melhor regime não seriam senão instâncias imperfeitas do melhor regime *simpliciter*.<sup>2</sup>

Para tal, gostaria de propor que o princípio metodológico introduzido em *Pol.* IV.1, o qual Aristóteles deriva de um princípio que ele diz ser comum a todas as técnicas e ciências<sup>3</sup> (o que sugere que se trata de um axioma), deve ser entendido à luz de seus análogos nestes outros domínios. Como pretendo mostrar, este princípio é partilhado não apenas pelas técnicas e pela ética, como também pelas ciências naturais, e, sobretudo no âmbito destas ciências, parece que há sempre um mesmo fim que se manifesta diferentemente (em diferentes graus de perfeição) a depender das circunstâncias materiais. Por conseguinte, também no caso da *Política* haveria um e um único fim visado nos assim chamados três níveis da ciência política: a máxima promoção da εὐδαιμονία, fim que se pode realizar com diferentes graus de sucesso nas cidades a depender dos recursos naturais e populacionais de que cada uma delas dispõe.

---

<sup>2</sup> Para uma defesa da tese de que os regimes corretos são instâncias imperfeitas do melhor regime, ver Destrée (2015). Pretendo defender o mesmo ponto aqui partindo de um argumento a respeito da teleologia de Aristóteles.

<sup>3</sup> Como indica a conjunção 'ὥστε' em 1288b21, a qual introduz a aplicação do princípio que fora descrito no âmbito de outras técnicas nas linhas anteriores ao caso específico da *Política*. Analisarei esta passagem abaixo na seção 4.

## 2

*Pol.* IV.1 ocupa lugar central no debate acerca da unidade e do sentido da *Politica* de Aristóteles. Em primeiro lugar, este texto dá início aos livros centrais da *Política* (IV-VI), os quais, de certa maneira, frustram o anúncio do exame do melhor regime que fora feito ao final do livro anterior, em *Pol.* III.18 1288b2-6:<sup>4</sup>

Estas coisas tendo sido determinadas, agora é preciso tentar falar, a respeito da melhor constituição, de que modo é natural que ela ocorra e como <é natural> que ela seja instituída. Portanto, é necessário que aquele que pretenda levar a cabo o exame adequado acerca dela...<sup>5</sup>

Esta passagem não apenas diz explicitamente que o exame da melhor constituição é o que se deve fazer agora,<sup>6</sup> encerradas as discussões pertinentes ao livro III, como também termina com uma frase incompleta que corresponde quase que literalmente ao início de *Pol.* VII.1,<sup>7</sup> que é precisamente onde Aristóteles volta ao tema da melhor constituição e leva a cabo (ao longo dos livros VII e VIII) a investigação anunciada ao fim de *Pol.* III.18. Este fato levou muitos editores a reordenarem os livros da política de Aristóteles,<sup>8</sup> visto que

---

<sup>4</sup> Sigo o texto da edição de Dreizehnter (1970).

<sup>5</sup> Todas as traduções neste artigo são de minha autoria. “διωρισμέ[3]νων δὲ τούτων περὶ τῆς πολιτείας ἤδη πειρατέον λέγειν τῆς [4] ἀρίστης, τίνα πέφυκε γίνεσθαι τρόπον καὶ καθίστασθαι πῶς. [5] Ἀνάγκη δὴ τὸν μέλλοντα περὶ αὐτῆς ποιήσασθαι τὴν προσ[6]ήκουσαν σκέψιν\*\*\*”.

<sup>6</sup> Uma outra alternativa seria interpretar o ἤδη em 1288b3 como tendo um sentido lógico ao invés de temporal—para alguns exemplos de ἤδη em sentido lógico em Aristóteles ver Bonitz (1870, s.v. ἤδη, 314a10-19). No entanto, ainda que ἤδη tenha aqui um sentido lógico, Aristóteles não estaria dizendo algo muito diferente, pois a ideia seria que a necessidade de se falar a respeito do melhor regime é algo que decorre do fato de que a investigação levada a cabo no livro III está encerrada.

<sup>7</sup> Ver *Pol.* VII.1 1323a14-16: “Ἐάνησασθαι τὸν μέλλοντα ποιήσασθαι τὴν προσήκουσαν ζήτησιν ἀνάγκη διορίσασθαι πρῶτον, τίς αἰρετώτατος βίος).

<sup>8</sup> Ver, por exemplo, as edições de Susemihl (1879) e de Newman (1887a; 1887b; 1902a; 1902b). Para uma visão geral do debate acerca da posição dos livros IV-VI

a investigação do melhor regime levada a cabo em *Pol.* VII-VIII pareceria ser a sequência natural de *Pol.* II-III. De fato, não só *Pol.* III.18 termina com um anúncio daquilo com que nos deparamos em *Pol.* VII-VIII, mas também *Pol.* II.1 começa precisamente com um esboço de uma investigação que culminará no exame da melhor constituição.<sup>9</sup>

Esta não é, porém, a única ruptura causada por *Pol.* IV.1. Em segundo lugar, parece haver também uma ruptura de natureza metodológica. Desde a publicação em 1923 do monumental livro de Werner Jaeger, *Aristoteles. Grundlegung einer Geschichte seiner Entwicklung*, *Pol.* IV.1 passou a ser visto também como marcador de uma radical mudança da abordagem de Aristóteles acerca da política. Nas palavras de Jaeger, “na investigação empírica levada a cabo na porção recém-inserida <na Política> [sc. *Pol.* IV-VI], a constituição ideal não constitui de nenhuma maneira a norma segundo a qual se determina o que é alcançável ou desejável em certas condições. Em verdade, o critério aqui é biológico-imanente”(Jaeger, 1923, p. 283).<sup>10</sup>

Na perspectiva introduzida por Jaeger, *Pol.* IV.1 inaugura um estágio do desenvolvimento do pensamento político de Aristóteles no qual o melhor regime deixa de ter lugar central, pois o político deve também ser capaz de vir ao socorro das constituições reais. Isso não é tudo, porém: na perspectiva de Jaeger, não apenas a melhor constituição deixa de ser o critério segundo o qual se determina as

e da conexão entre III.18 e VII.1 desde o Renascimento, ver o comentário de Schneider (1809, vol. 2, p. 223). Para uma defesa da unidade entre o projeto levado a cabo nos livros IV-VI e VII-VIII, ver von Arnim (1924).

<sup>9</sup> Cf. *Pol.* II.1 1261a27-30: “Uma vez que decidimos examinar qual comunidade política é a melhor de todas para aqueles que são capazes de viver do modo como idealmente desejam, é preciso investigar também as outras [30] constituições etc.” (Ἐπει δὲ προαιρούμεθα θεωρῆσαι περὶ τῆς κοινωνίας τῆς [28] πολιτικῆς, τίς κρατίστη πασῶν τοῖς δυναμένοις ζῆν ὅτι μάλι[29]στα κατ’ εὐχίην, δεῖ καὶ τὰς ἄλλας ἐπισκέψασθαι πολι[30]τείας κτλ.).

<sup>10</sup> “[Vor allem aber] bildet der Idealstaat in den empirischen Untersuchungen des neueingeschobenen Teils gar nicht die Norm, nach der bestimmt wird, was unter gegebenen Verhältnissen erreichbar und wünschenswert ist, sondern der Maßstab ist hier ein biologisch-immanenter.”

reformas que se deve propor para cada um dos regimes,<sup>11</sup> como também a natureza de cada um dos diferentes regimes é o que determina o que se deve fazer para reformá-los. Em outras palavras, quando se trata de regimes desviados, pareceria que “é preferível melhorar democracias *enquanto* democracias e oligarquias *enquanto* oligarquias do que transformar radicalmente uma dada constituição” (Horn, 2013, p. 235).<sup>12</sup>

É bem verdade que a análise dos diferentes tipos de constituição levada a cabo nos livros IV-VI parece se valer de um método que tem certas similaridades com aquele adotado por Aristóteles em sua biologia (cf. *Pol.* IV.4 1290b25ff).<sup>13</sup> Porém, isto não parece ser suficiente para mostrar que a natureza de cada tipo de regime é o critério normativo que orienta a reforma de regimes desviados, tal que a tarefa do legislador seria tão somente adequar as instituições políticas da cidade de modo tal que aquilo que caracteriza o regime em questão possa ser promovido do melhor modo possível.<sup>14</sup> Em verdade, na discussão dos modos de se preservar a tirania, por exemplo, vemos que Aristóteles endossa apenas propostas que, na verdade, tornam a tirania *menos tirânica* (i.e. mais monárquica—cf. *Pol.* V.11 1314a29-40).<sup>15</sup>

---

<sup>11</sup> Como era o caso para Platão (e.g. *Resp.* VI 484c4-d2) e para o próprio Aristóteles quando da escritura do *Protréptico* (B48-50 [=Jâmblico 55.7-56.2]).

<sup>12</sup> “[I]t is better to improve democracies *qua* democracies and oligarchies *qua* oligarchies than to radically transform a given constitution”.

<sup>13</sup> Sobre isso, ver Day & Chambers (1957, p. 38-65). Contrariamente à ideia de que a base do programa de Aristóteles no livro IV da *Política* estaria em sua biologia, ver Schütrumpf (1989). Para uma análise detalhada do método exposto em *Pol.* IV.4 1290<sup>b</sup>25ff e sua relação com “o método orientador” (ἡ ὑφηγημένη μέθοδος) de *Pol.* I.1 1252a17ff, ver Leszl (1989).

<sup>14</sup> Se tomarmos o caso da tirania, isso se daria em um regime caracterizado por instituições políticas que maximamente preservam o poder do tirano (que seria aquilo que essencialmente caracteriza a tirania—cf. *Pol.* V.11 1314a35-38).

<sup>15</sup> Sobre isso, ver Kahn (1990, p. 384). É importante notar, porém, que Kahn crê que há uma dupla teleologia nas recomendações feitas por Aristóteles. Por um lado, certas ações e reformas visariam tão somente a preservação de um regime de certo tipo (razão pela qual Aristóteles menciona também mecanismos que de que os tiranos usualmente se valem para preservar seu poder). Por outro lado, haveria certas ações e reformas que visam não apenas a preservação do regime, mas

Uma proposta mais moderada, mas ainda semelhante à de Jaeger, foi feita Rowe (1977). Na versão de Rowe, a tensão com que nos deparamos no interior da *Política* não proviria tanto de uma mudança de perspectiva de Aristóteles, mas do fato de que Aristóteles está, na versão final da *Política* ao menos, comprometido ao mesmo tempo com a ideia de um regime que é o melhor e com a ideia de que a política como ciência tem de nos ser útil de algum modo. Portanto, ainda que parte do tratado seja realmente fruto de uma primeira redação, mais próxima do platonismo, esta primeira redação não seria incompatível com a visão do Aristóteles maduro sobre a política, pois parte fundamental do projeto anunciado em *Pol.* IV.1 consiste na análise do melhor regime *simpliciter*. Porém, esta investigação do melhor regime seria apenas *uma parte* da ciência política, e não seria mais o que orienta a prática política em outros âmbitos, pois ao propor a melhora de regimes desviados como democracias e oligarquias, Aristóteles não estaria propondo uma reorientação destes regimes visando uma educação para a virtude, mas um tipo de reforma que garanta tão somente a estabilidade destes regimes. Isto é, a melhor constituição não seria o critério normativo com vistas ao qual o cientista político aristotélico atuaria em todos os casos, mas apenas parte de seu interesse.<sup>16</sup>

---

também sua melhora. Porém, como o próprio Kahn (1990, p. 383, n. 15) observa, apenas as recomendações do segundo tipo são endossadas por Aristóteles como coisas que se deve fazer para preservar a tirania. Isto parece ser o caso porque, para Aristóteles, promover a real estabilidade de um regime implica necessariamente um esforço de promoção de uma educação que culmina na filosofia (como parece sugerido pela discussão das causas da facção e dos diferentes remédios para estas causas com que nos deparamos em *Pol.* II.7 1266b38-1267a16).

<sup>16</sup> O que não quer dizer que a análise do regime ideal não nos diga nada sobre os demais regimes. Em verdade, como sustenta Rowe (1977, p. 161), este estudo parece ter um papel *crítico*, que em alguns casos se manifestará na forma de um ideal a ser alcançado (o que pareceria ser o caso quando a tarefa é reformar uma cidade que disponha dos recursos necessários para um dia ser governada pelo melhor regime), mas em outros casos este estudo oferecerá apenas um critério para se julgar as constituições, embora pouco diga sobre o que pode ser feito para preservá-las ou melhorá-las (sobretudo se elas jamais poderão dispor de recursos para o melhor regime—por razões geográficas, por exemplo).

Esta tese, que será o alvo central deste artigo, foi descrita mais recentemente por Fred Miller (1997, p. 252ss) em termos de um princípio de aproximação normativa, que é expresso por Aristóteles em *Cael.* II.12 292b17-19:<sup>17</sup>

Com efeito, o melhor para todas as coisas é, sobretudo, obter aquele fim. Porém, se não <for possível fazer isso>, sempre é o caso que quanto mais próximo se estiver da melhor opção tanto melhor<sup>18</sup>

Portanto, a ideia seria que, não sendo possível instituir a melhor constituição *simpliciter*, devemos nos voltar a um objetivo que seja alcançável nas circunstâncias. Para a maior parte das cidades, esta opção é a μέση πολιτεία, que parece corresponder ao regime constitucional apresentado no terceiro livro da *Política* (que é uma constituição correta). No entanto, o fato de que este fim que se adota diante da impossibilidade de realização do melhor é uma *aproximação possível* do melhor fim parece sugerir algo bastante diferente das leituras de Jaeger e de Rowe, pois pareceria que, mesmo quando o máximo que se pode alcançar é um *ersatz* do melhor regime, ainda assim se está realizando o melhor regime em alguma medida.<sup>19</sup> Ademais, quer-me parecer que, na *Política*, o fim que se realiza com diferentes graus de sucesso a depender das circunstâncias não é propriamente o melhor regime, mas a εὐδαιμονία, de modo que a diferença entre o melhor regime *simpliciter* e o melhor regime dadas as circunstâncias estaria no fato de que, a depender das circunstâncias, há diferentes graus em que se pode promover a εὐδαιμονία. Quando não há impedimentos exteriores (isto é, em

---

<sup>17</sup> Sigo o texto de Moraux (1965).

<sup>18</sup> “Μά[18]λιστα μὲν γὰρ ἐκείνου τυχεῖν ἄριστον πᾶσι τοῦ τέλου· εἰ δὲ[19]μή, ἀεὶ ἄμεινον ἐστὶν ὅσῳ ἂν ἐγγύτερον ᾖ τοῦ ἀρίστου”.

<sup>19</sup> Não posso analisar esta passagem do *De Caelo* em seu contexto aqui, mas ela também dá a entender que aproximações possíveis de um fim são elas próprias com vistas a este fim de que se aproximam. Semelhantemente, ver *DA.* II.4 415a23-b7, onde Aristóteles descreve animais como tomando parte na existência eterna e divina tanto quanto possível através da reprodução, pois, sendo incapazes de tomar parte na existência eterna e divina existindo continuamente, eles tomam parte nela da maneira que lhe é possível, através da eternidade da espécie.

condições ideais, mas não impossíveis), ela pode ser promovida em máximo grau (o que se dá por meio da instituição do melhor regime *simpliciter*). Em outras condições, porém, o máximo que se pode alcançar é um regime correto que difere ainda da “constituição de nossas preces”.

Nas próximas duas seções deste artigo, pretendo defender duas teses. Em primeiro lugar, a tese de que o princípio metodológico apresentado em *Pol. IV.1* é um axioma (um princípio comum a duas ou mais ciências que não sejam subordinadas uma à outra ou a uma mesma ciência<sup>20</sup>), de modo que um *desideratum* é que sua aplicação no domínio político tem de ser análoga à sua aplicação em outros domínios (visto que axiomas são comuns κατ’ ἀναλογία—cf. *APo I.10 76a37-b2*). Em segundo lugar, a tese de que, corretamente compreendido em suas diferentes aplicações, este princípio indica que há um e um único fim que é realizado com diferentes graus de sucesso a depender do que é possível em uma dada situação (possibilidade que será determinada por diferentes fatores a depender do âmbito em que este princípio se aplica), e não diferentes fins que se adota a depender das diferentes condições de que se está diante.

Desse modo, haveria boas razões para se dizer que *Pol. IV.1* não deve ser entendido em termos de uma tensão entre o melhor regime *simpliciter* e o melhor regime dadas as circunstâncias, pois o melhor regime *simpliciter* não é senão o melhor regime em condições ideais. Portanto, os diferentes níveis de atuação da ciência política seriam marcados não por diferentes fins que se visa, mas por diferentes circunstâncias que limitam a atuação do legislador na promoção em máximo grau de um e um único fim: a εὐδαιμονία.

### 3

Dividirei o texto da parte inicial de *Pol. IV.1* em duas partes: 1288b10-1289a21 e 1288b21-1289a7. Começo pela primeira parte:

---

<sup>20</sup> Para uma discussão acerca da natureza dos axiomas na filosofia de Aristóteles, ver, por exemplo, McKirahan (1992, p. 36-49) e Barnes (1993, p. 138ss).

[10] Em todas as técnicas e ciências que não dizem respeito a uma parte <do assunto>, mas são completas no que diz respeito a um único gênero, compete a uma única <ciência ou técnica> considerar o que é adequado a cada tipo de coisa. Por exemplo, que tipo de treino contribui para que tipo de corpo e qual é o melhor (pois é necessário que o melhor seja aquele adequado àquilo que é naturalmente mais belo, i.e., com mais recursos) [15] e qual é <o treino mais adequado> para a maior parte <dos corpos> como um todo, e, de fato, esta é a função da arte da ginástica. Além disso, se alguém não desejar a condição <física> adequada nem o conhecimento adequado das coisas ligadas à competição, não compete menos ao preparador físico ou ao mestre de ginástica proporcionar também essa capacidade. E, semelhantemente, vemos que isso ocorre também [20] no que diz respeito à medicina, à construção naval, à confecção de roupas, e também a todas as outras técnicas.<sup>21</sup>

O exato sentido do princípio apresentado nesta passagem é objeto de disputa. Parece claro, porém, que, no caso da ginástica, por exemplo, a depender do tipo de pessoa que se está treinando, aquele que domina esta técnica atuará de modo diferente (por exemplo, não prescreverá os mesmos exercícios para um atleta profissional e para um atleta amador), fazendo o que for mais adequado para esta pessoa. Em outras palavras, ele fará o melhor possível dadas as suas circunstâncias, i.e. dadas as especificidades do indivíduo a ser treinado. Isso, porém, é perfeitamente compatível com as interpretações deste princípio propostas por Jaeger e por Rowe.

---

<sup>21</sup> “Ἐν ἀπάσαις ταῖς τέχναις καὶ ταῖς ἐπιστήμαις ταῖς [11] μὴ κατὰ μόριον γινομέναις, ἀλλὰ περὶ γένος ἓν τι τελείας [12] οὐσαις, μιᾶς ἐστὶ θεωρῆσαι τὸ περὶ ἕκαστον γένος ἀρμόττον, [13] οἷον ἄσκησις σῶματι ποία τε ποίῳ συμφέρει καὶ τίς ἀρίστη, [14] τῷ γὰρ κάλλιστα πεφυκῶτι καὶ κεχορηγημένῳ τὴν ἀρίστην [15] ἀναγκαῖον ἀρμόττειν, καὶ τίς τοῖς πλείστοις μία πᾶσιν, καὶ [16] γὰρ τοῦτο τῆς γυμναστικῆς ἔργον ἐστίν, ἔτι δ’ ἂν τις μὴ τῆς ἰκ[17]νουμένης ἐπιθυμῆ μὴθ’ ἕξω μὴτ’ ἐπιστήμης τῶν περὶ τὴν [18] ἀγωνίαν, μηθὲν ἦττον τοῦ παιδοτρίβου καὶ τοῦ γυμναστικοῦ πα[19]ρασκευάσαι γε καὶ ταύτην ἐστὶ τὴν δύναμιν. ὁμοίως δὲ τοῦτο [20] καὶ περὶ ἰατρικὴν καὶ περὶ ναυπηγίαν καὶ ἐσθῆτα καὶ περὶ [21] πᾶσαν ἄλλην τέχνην ὀρωμέν συμβαῖνον.”

Na leitura de Jaeger, este valor estaria associado à natureza de cada regime, de modo que, em circunstâncias desfavoráveis, a tarefa de reforma consistiria em melhorar democracias *enquanto democracias*, oligarquias *enquanto oligarquias*, tiranias *enquanto tiranias*. Já na leitura de Rowe, em circunstâncias desfavoráveis o que orienta a ciência política não é o melhor regime, mas tampouco é algo como a natureza de cada regime, mas um *ersatz* do melhor regime, a μεσὴ πολιτεία, de modo que, ao promover a preservação de regimes corrompidos, ainda que se esteja de alguma maneira tornando estes regimes corrompidos melhores (tornando democracias menos democráticas, oligarquias menos oligárquicas e tiranias menos tirânicas), o critério que orienta este tipo de reforma não é a transformação destes regimes no melhor regime, mas em regimes estáveis, cuja epítome é a μεσὴ πολιτεία,<sup>22</sup> que embora possa ser identificada com um regime correto, é um regime cujos cidadãos são virtuosos apenas se tomados coletivamente, não o sendo individualmente (cf. *Pol.* VII.13 1332a36-37). Portanto, tratar-se-ia de um regime cuja correção não garante que todos seus cidadãos alcancem a εὐδαιμονία, ainda que cidadãos que porventura sejam completamente virtuosos sejam capazes de alcançar a εὐδαιμονία em um regime desta natureza. Ademais, como Rowe enfatiza, em nenhum momento da discussão da μεσὴ πολιτεία Aristóteles pareceria estar preocupado com a virtude em sentido próprio, o que sugeriria que a μεσὴ πολιτεία é sobretudo uma constituição que tem a finalidade pragmática de garantir a máxima estabilidade dos regimes reais (sendo uma proposta de constituição acessível à maior parte das cidades), e não a finalidade moral de tornar os cidadãos dos regimes reais pessoas realmente virtuosas.

---

<sup>22</sup> Mais recentemente, Narbonne (2021) defendeu tese semelhante, argumentando que no contexto dos livros centrais da Política, Aristóteles passa a ver o regime constitucional como o *melhor regime*, o qual se tornaria aquilo que orienta a reforma dos demais regimes na medida em que se trata de um objetivo alcançável para a maior parte das cidades, diferente do melhor regime que pressupõe condições ideais (embora não impossíveis).

Eu não creio, porém, que esta é a correta compreensão do método de IV.1 e da tarefa de reforma dos regimes reais tal como concebida por Aristóteles.

Ora, o método que Aristóteles adota neste capítulo não é uma novidade da *Política*. Em verdade, já nos *Tópicos* nós nos deparamos com uma indicação metodológica de mesmo tipo e que também tem a pretensão de valer ao menos para todas as técnicas e ciências. Vejamos *Top.* I.3 101b5-10:<sup>23</sup>

[5] Teremos uma disciplina de modo completo quando estivermos em condição semelhante à que se está no caso da retórica, da medicina e de capacidades deste tipo. Isto é, fazer as coisas que decidimos <fazer> a partir das coisas que são possíveis, pois nem o retor persuadirá em qualquer caso, nem o médico curará. Mas, se não se deixar de lado nenhuma das coisas possíveis <de se fazer dadas as circunstâncias>, [10] diremos que ele possui a ciência de maneira satisfatória.<sup>24</sup>

Não há dúvidas de que a indicação metodológica feita aqui é do mesmo tipo que aquela feita em IV.1 (como fica claro pela preocupação de ambas as passagens com a completude da disciplina em questão), embora haja algumas diferenças relevantes. A passagem da *Política* dá lugar central às condições diante das quais os praticantes das diferentes técnicas têm de atuar. A depender das condições (e.g. a depender do tipo de paciente com que se tem de lidar) é preciso agir de modo diferente, pois algo diferente será o mais adequado neste caso. Nesta passagem dos *Tópicos*, por sua vez, a ênfase está no fato de que os fins visados nas diferentes técnicas (i.e. as coisas que pretendemos fazer—ἃ προαιρούμεθα <ποιεῖν>) serão

---

<sup>23</sup> Sigo o texto da edição de Brunschwig (1967).

<sup>24</sup>“ἔξομεν δὲ τελέως τὴν μέθοδον ὅταν ὁμοίως ἔχωμεν [6] ὥσπερ ἐπὶ ῥητορικῆς καὶ ἰατρικῆς καὶ τῶν τοιούτων δυνάμεων. [7] τοῦτο δ' ἐστὶ τὸ ἐκ τῶν ἐνδεχομένων ποιεῖν ἃ προαιρούμεθα [τοῦτο ... προαιρούμεθα codd.: secl. Brunschwig], [8] οὐτε γὰρ ὁ ῥητορικὸς ἐκ παντὸς τρόπου πείσει, οὔθ' ὁ ἰατρι[9]κὸς ὑγιάσει· ἀλλ' ἐὰν τῶν ἐνδεχομένων μηδὲν παραλείπῃ, [10] ἰκανῶς αὐτὸν ἔχειν τὴν ἐπιστήμην φήσομεν”.

realizados *por todos meios possíveis* (ἐκ τῶν ἐνδεχομένων).<sup>25</sup> Apesar desta diferença, o que esta passagem dos *Tópicos* sugere de modo mais claro, é que na *Política*, tal como nas ciências técnicas, a função de seu praticante é fazer tudo aquilo que for possível dadas as circunstâncias, embora isso nem sempre seja suficiente para alcançar o fim característico destas técnicas ou ciências, de modo que o retor nem sempre persuadirá, tal como o médico nem sempre curará, embora ambos farão o que é possível dadas as circunstâncias para alcançar este fim.

Aqui já se vê algo um pouco diferente das leituras tradicionais do método de IV.1 segundo as quais, ao atuar na preservação de regimes corrompidos, o cientista político Aristotélico não está promovendo o melhor regime *simpliciter* tanto quanto possível ao promover a εὐδαιμονία tanto quanto possível, mas promovendo algum outro ideal, distinto do melhor regime. Creio que a próxima passagem dá ainda mais um passo nesta direção. Vejamos *Rh.* I.1 1355b7-14:<sup>26</sup>

[7] Assim, é manifesto que a retórica não diz respeito a um único gênero determinado, mas é tal como a dialética, e é manifesto que ela é útil, [10] e que a função dela não é convencer, mas ver as coisas convincentes que estão à disposição no que diz respeito a cada coisa, tal como também em todas as outras técnicas (pois nem à medicina compete fazer o que é saudável, mas promover <o que é saudável> até o ponto em que for possível, pois é possível, ainda

---

<sup>25</sup> Apesar da semelhança de formulação, o princípio exposto por Aristóteles aqui parece ser ligeiramente diferente daquele exposto por Xenofonte nas *Memoráveis* (*Mem.* 3.9.4): “Com efeito, creio que todos, escolhendo, dentre as coisas que são possíveis, aquelas coisas que creem ser benéficas para si mesmos, fazem estas coisas <que escolheram>” (πάντας γὰρ οἶμαι προαιρουμένους ἐκ τῶν ἐνδεχομένων ἃ οἴονται συμφορώτατα αὐτοῖς εἶναι, ταῦτα πράττειν·). De fato, enquanto nesta fala de Sócrates a ideia parece ser que se deve fazer o melhor dentre as coisas que se apresentam como possíveis, na passagem dos *Tópicos* a ideia é que se deve fazer as coisas que se pretende fazer se valendo de todos os meios possíveis, o que é evidenciado pelo exemplo do médico, o qual é descrito como alguém que tem domínio satisfatório de sua ciência se não deixa de lado nenhuma ação possível (ἐὰν τῶν ἐνδεχομένων μηδὲν παραλείπει) na perseguição do fim da saúde.

<sup>26</sup> Sigo o texto da edição de Kassel (1976).

assim, tratar de modo belo aqueles que são incapazes de tomarem parte na saúde), etc.<sup>27</sup>

Tal como a passagem anterior, esta passagem também fala de um certo modo de proceder que se aplica a todas as técnicas. O ponto de Aristóteles na passagem é dizer que o ἔργον da retórica não é propriamente convencer, e que isto não é nenhuma peculiaridade da retórica, pois em todas as técnicas algo semelhante ocorre. No trecho destacado, Aristóteles explica exatamente o que tem em mente a partir do caso da medicina: a medicina não tem por função meramente fazer coisas saudáveis, isto é, coisas que promovem de fato a saúde, mas realizar coisas saudáveis *até o ponto em que for possível* (μέχρι οὗ ἐνδέχεται, μέχρι τούτου προαγαγεῖν), pois mesmo se não for possível curar um paciente, ainda é preciso tratá-lo de modo adequado. A medicina trata até mesmo de doentes terminais, e, neste caso, o que é surpreendente é que parece que Aristóteles diria que se está promovendo a saúde *em alguma medida*.

O que este exemplo sugere é que certos meios promovem um fim não apenas porque são causa suficiente deste fim, mas também porque o preservam de alguma maneira ou se aproximam dele de alguma maneira. Por exemplo, ainda que não seja possível curar um paciente terminal, parece que caberia à medicina atenuar a doença incurável tanto quanto for possível, evitando assim, ao menos por algum tempo, a completa destruição da saúde do indivíduo e sua consequente morte. Quer-me parecer que a mesma ideia subjaz a uma passagem da *EN*, que parece fazer menção a este mesmo princípio discutido nas passagens anteriores e então mostrar como ele se manifesta no domínio da Ética. Vejamos *EN* I.11 [=Bywater I.10] 1100b33-1101a13:<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> “ὅτι μὲν [8] οὐκ ἔστιν οὔτε ἑνός τινος γένους ἀφωρισμένου ἢ ῥητορική, [9] ἀλλὰ καθάπερ ἡ διαλεκτική, καὶ ὅτι χρήσιμος, φανερόν, [10] καὶ ὅτι οὐ τὸ πείσαι ἔργον αὐτῆς, ἀλλὰ τὸ ἰδεῖν τὰ ὑπάρ[11]χοντα πιθανὰ περὶ ἕκαστον, καθάπερ καὶ ἐν ταῖς ἄλλαις [12] τέχναις πάσαις (οὐδὲ γὰρ ἰατρικῆς τὸ ὑγιᾶ ποιῆσαι, ἀλλὰ [13] μέχρι οὗ ἐνδέχεται, μέχρι τούτου προαγαγεῖν· ἔστι γὰρ καὶ [14] τούτους ἀδυνάτους μεταλαβεῖν ὑγιείας ὁμῶς θεραπεῦσαι καλῶς), κτλ.”

<sup>28</sup> Sigo o texto da edição Susemihl & Apelt (1912).

[33] E, se as atividades estão em controle da vida, tal como dissemos, nenhum dos bem-aventurados tornar-se-á infeliz, pois [35] jamais realizará ações odientas e viciosas. De fato, cremos que o homem realmente [1101<sup>a</sup>1] bom e sensato lida decorosamente com todas as suas sortes e sempre faz as mais belas coisas dadas as circunstâncias, tal como também o bom estrategista se serve do exército disponível de modo maximamente beligerante e o sapateiro faz a mais bela sandalha com o couro [5] que lhe é dado, e do mesmo modo também todos os demais técnicos. Mas, se isso é assim, o εὐδαίμων jamais se tornará infeliz, mas tampouco será bem-aventurado se sofrer a sorte de Πρίαμο. Portanto, tampouco ele será realmente instável e fácil de mudar, pois também não será facilmente [10] afastado da εὐδαιμονία, nem <será afastado da εὐδαιμονία> por quaisquer infortúnios, mas por infortúnios grandes e frequentes, e, em virtude de coisas desse tipo, ele não se tornará εὐδαίμων novamente em pouco tempo, mas, quando muito, em um tempo longo e completo, tendo alcançado nele coisas grandiosas e belas.<sup>29</sup>

Embora esta passagem pareça fazer uma clivagem entre bem-aventurança, μακαρία, e εὐδαιμονία, tal que pareceria que condições desfavoráveis impedem a bem-aventurança, que seria uma felicidade divina e superior, mas não a εὐδαιμονία, que seria uma felicidade humana como alguns defendem, as linhas finais deixam claro que não é isto (ou, ao menos, não é apenas isto) que está em questão aqui, mas (também) a própria εὐδαιμονία, a qual, diante de grandes e frequentes

---

<sup>29</sup> “εἰ δ’ εἰσὶν αἱ ἐνέργειαι κύριαι τῆς ζωῆς, καθάπερ [34] εἵπομεν, οὐδεὶς ἂν γένοιτο τῶν μακαρίων ἄθλιος· οὐδέποτε [35] γὰρ πράξει τὰ μισητὰ καὶ φαῦλα. τὸν γὰρ ὡς ἀληθῶς [1101a1] ἀγαθὸν καὶ ἔμφρονα πάσας οἰόμεθα τὰς τύχας εὐσημῶ[2]νως φέρειν καὶ ἐκ τῶν ὑπαρχόντων αἰεὶ τὰ κάλλιστα πράτ[3]τειν, καθάπερ καὶ στρατηγὸν ἀγαθὸν τῷ παρόντι στρατοπέδῳ [4] χρῆσθαι πολεμικώτατα καὶ σκυτοτόμον ἐκ τῶν δοθέντων [5] σκυτῶν κάλλιστον ὑπόδημα ποιεῖν, τὸν αὐτὸν δὲ τρόπον [6] καὶ τοὺς ἄλλους τεχνίτας ἅπαντας. εἰ δ’ οὕτως, ἄθλιος μὲν [7] οὐδέποτε γένοιτ’ ἂν ὁ εὐδαίμων, οὐ μὴν μακάριός γε, ἂν [8] Πριαμικαῖς τύχαις περιπέσῃ. οὐδὲ δὴ ποικίλος γε καὶ [9] εὐμετάβολος· οὔτε γὰρ ἐκ τῆς εὐδαιμονίας κινηθήσεται ῥα[10]δίως, οὐδ’ ὑπὸ τῶν τυχόντων ἀτυχημάτων ἀλλ’ ὑπὸ μεγάλ[11]ων καὶ πολλῶν, ἔκ τε τῶν τοιούτων οὐκ ἂν γένοιτο πάλιν [12] εὐδαίμων ἐν ὀλίγῳ χρόνῳ, ἀλλ’ εἴπερ, ἐν πολλῷ τινὶ καὶ [13] τελείῳ, μεγάλων καὶ καλῶν ἐν αὐτῷ γενόμενος ἐπήβολος.”

infortúnios, deixa de ser uma possibilidade para o agente,<sup>30</sup> embora possa voltar a se tornar possível em virtude de um longo período de práticas virtuosas.

O que me interessa nesta passagem é sobretudo o trecho destacado. Depois de dizer que o agente bem-aventurado (que é virtuoso) jamais se tornará infeliz pois jamais praticará ações viciosas, Aristóteles compara o que ocorre neste caso com o que se passa nas demais técnicas. O ponto é que o agente virtuoso, tal como o técnico, sempre faz o melhor possível com aquilo que lhe é dado. No caso do agente virtuoso, ele fará o melhor possível *nas circunstâncias em que está inserido* (ἐκ τῶν ὑπαρχόντων).<sup>31</sup> Portanto, mesmo se pensarmos em circunstâncias em que a εὐδαιμονία não é mais uma possibilidade para o agente, ainda assim ele fará o melhor possível nestas circunstâncias.

Essa passagem tem lugar central nos recentes esforços de se mostrar que εὐδαιμονία *não é* o fim visado por todas as ações humanas, visto que em certas circunstâncias e para certas pessoas ela é simplesmente impossível.<sup>32</sup> Quer-me parecer, porém, que a tese de Aristóteles está bastante distante disto.<sup>33</sup>

Em todo caso, o que eu gostaria de observar é que o que a virtude prescreve para agentes em circunstâncias em que a εὐδαιμονία não é uma opção é evitar a prática de ações viciosas, de modo que o agente não se torne infeliz. Ainda que não seja possível realizar ações que satisfaçam as condições da εὐδαιμονία em tais circunstâncias desfavoráveis, é possível realizar ações que são belas por evitarem

---

<sup>30</sup> Semelhantemente, ver o comentário de Aspásio (*in EN, CAG. XIX.1, p. 30,5ss*).

<sup>31</sup> Curiosamente a mesma expressão também é utilizada por Xenofonte, na *Anábase* (*An. 6.4.9*), mas aqui para dizer algo muito próximo do que Aristóteles diz na passagem da *EN*: “<Eles> [sc. os Arcadianos], tendo recolhido alguns <mortos> que estavam nas ruas, *honraram-lhes* com ritos funerários do modo mais belo que podiam dadas as circunstâncias” (ἐνίους δὲ τοὺς ἐκ τῶν ὁδῶν συνενεγκόντες ἔθαψαν ἐκ τῶν ὑπαρχόντων ὡς ἐδύνατο κάλλιστα).

<sup>32</sup> Ver, por exemplo, Heinaman (1993) e, mais recentemente, Hirji (2020).

<sup>33</sup> Mostrar isso, porém, não está dentro do escopo deste artigo. Uma resposta a este problema depende também de uma análise cuidadosa de *Pol. VII.13* e de *EN X.6 1176b30-31*.

males maiores, de modo que, embora agir assim não satisfaça as condições da εὐδαιμονία, trata-se ainda de um modo de agir que contribui em alguma medida para a εὐδαιμονία, pois preserva sua possibilidade para o agente evitando seu contrário. Ademais, como Aristóteles enfatiza nas linhas finais da passagem, se o agente persistir na realização de coisas grandes e belas nestas circunstâncias desfavoráveis, é possível que ele alcance novamente a εὐδαιμονία depois de um longo período.<sup>34</sup>

Tendo isso em vista, o que eu gostaria de propor é que o mesmo se passa na política: ainda que se tenha em vista uma cidade que não dispõe de condições geográficas, econômicas e ou populacionais para alcançar a εὐδαιμονία, a tarefa do cientista político, ao vir ao socorro da constituição desta cidade, é ainda assim a de promover, tanto quanto possível, a εὐδαιμονία, ainda que, em alguns casos, este esforço seja traduzido, em certos casos, na preservação de condições meramente necessárias para a εὐδαιμονία na medida em que são necessárias para a preservação da existência da cidade.

Antes de voltar ao argumento de IV.1, porém, gostaria de sugerir que o princípio apresentado nas passagens discutidas acima tem um análogo também nas ciências naturais.<sup>35</sup> Vejamos IA 2 704b12-18:<sup>36</sup>

Temos o princípio de nossa investigação se estabelecemos como princípio as coisas que estamos acostumados a utilizar frequentemente na investigação natural, assumindo que as coisas são deste modo em todas as obras da natureza. E uma destas coisas é que a natureza não faz nada em vão, mas sempre, dentre as possibilidades, o que é melhor para a substância de cada gênero de animal. Precisamente por esta razão, se

---

<sup>34</sup> Para uma análise deste argumento, ver, por exemplo, Charles (2019).

<sup>35</sup> E, se eu estou correto nisto, então este princípio, em sua aplicação nas ciências naturais, é um axioma, *pace* Lennox (2001, p. 221, n. 9), que parece concluir que se trata tão somente de uma hipótese pelo fato de considerar que sua aplicação está restrita ao domínio das ciências naturais.

<sup>36</sup> Sigo o texto de Golitsis (2021).

for melhor deste modo aqui, é deste modo também com base na natureza.<sup>37</sup>

O que nos *Tópicos* havia sido expresso em termos de se “fazer as coisas que se pretende [viz. o fim de cada uma das técnicas] a partir das coisas possíveis” (τὸ ἐκ τῶν ἐνδεχομένων ποιεῖν ἢ προαιρούμεθα), na *Ethica Nicomachea* em termos de se “realizar sempre as coisas mais belas dadas as circunstâncias” (ἐκ τῶν ὑπαρχόντων ἀεὶ τὰ κάλλιστα πράττειν), e, na *Retórica*, em termos de se “promover <a saúde> até o ponto em que for possível” (μέχρι οὗ ἐνδέχεται, μέχρι τούτου προαγαγεῖν), é expresso de modo análogo nesta passagem do *De Incessu Animalium* em termos de uma promoção do melhor possível, dentre as possibilidades (ἐκ τῶν ἐνδεχομένων), para o tipo de animal em questão.<sup>38</sup> Este princípio é objeto de grande disputa na interpretação da biologia de Aristóteles, sobretudo no que diz respeito a sua função nas explicações no âmbito da biologia.<sup>39</sup> Em todo caso, parece claro que a ideia é que ele ou bem explica ou bem auxilia na descoberta de explicações adequadas para

---

<sup>37</sup> “Ἀρχὴ δὲ τῆς σκέψεως ὑποθεμένοις οἷς εἰώθαμεν χρῆ[13]σθαι πολλάκις πρὸς τὴν μέθοδον τὴν φυσικὴν, λαβόντες τὰ [14] τοῦτον ἔχοντα τὸν τρόπον ἐν πᾶσι τοῖς τῆς φύσεως ἔργοις. [15] τούτων δ’ ἐν μὲν ἐστὶν ὅτι ἡ φύσις οὐθὲν ποιεῖ μάτην, ἀλλ’ [16] ἀεὶ ἐκ τῶν ἐνδεχομένων τῇ οὐσίᾳ περὶ ἕκαστον γένος ζῴου [17] τὸ ἄριστον· διόπερ εἰ βέλτιον ᾧδι, οὕτως καὶ ἔχει κατὰ [18] φύσιν”.

<sup>38</sup> Em uma passagem do *De juventute et senectute* este mesmo princípio é formulado com a expressão ἐκ τῶν δυνατῶν (469a28-29: ὅτι τὴν φύσιν ὀρῶμεν ἐν πᾶσιν ἐκ τῶν δυνατῶν ποιούσαν τὸ κάλλιστον), expressão que é muito mais comum em autores anteriores a Aristóteles, sendo utilizada por Tucídides (*Hist.* II.3.4.1ss, IV.51.1.1ss e VII.74.1.2ss), Xenofonte (*Oec.* VII.11.2ss e *An.* IV.2.23.1ss) e Platão (*Resp.* X 618b6-e4) aparentemente no mesmo sentido em que Aristóteles a utiliza.

<sup>39</sup> Para a ideia de que este princípio tem função explicativa na biologia de Aristóteles, ver Lennox (2001), Henry (2014) e Gottlieb & Sober (2017). Contrariamente, para uma defesa da ideia de que este princípio cumpre tão somente uma função heurística, que auxilia na obtenção das explicações que são de fato adequadas, ver Leunissen (2010). Importante notar que a função deste princípio no domínio técnico e no domínio prático é também heurística, pois ele auxilia na determinação do que se deve fazer. Semelhantemente, para a ideia de que o método de *Pol.* IV.1 diz respeito não a como deve proceder a investigação filosófica levada a cabo na *Política*, mas diz respeito ao modo como esta ciência deve ser aplicada, ver Leszl (1989, p. 90-91).

a presença (ou ausência<sup>40</sup>) de certas partes (ou para o modo como certas partes estão presentes em certos animais) por referência à causa formal destes animais. É porque um animal é um animal de tal e tal tipo que ele possui certas partes dispostas de um certo modo em seu corpo, pois possuir estas partes desta maneira é aquilo que, dadas as possibilidades (determinadas pelo tipo de animal em questão e pelos materiais disponíveis para a geração das partes), é o melhor para a boa realização do tipo de vida desta espécie animal.<sup>41</sup> Ademais, este princípio também é mobilizado para explicar (ou encontrar explicações para) a ordem de geração de certas partes, isto é, o momento em que é propício que uma parte seja gerada ao longo do desenvolvimento de um animal.<sup>42</sup>

Se isso é verdade, então parece que, no âmbito das técnicas, o análogo à natureza de cada animal que opera na promoção do melhor possível dadas as circunstâncias é precisamente o objeto de conhecimento técnico. Isto é, o critério normativo que orienta o sapateiro na produção do melhor sapato possível dados os materiais que lhe estão disponíveis é precisamente a definição de sapato que é o objeto do conhecimento característico da arte da sapataria. Semelhantemente, pareceria que o critério normativo que orienta o médico na promoção da saúde tanto quanto for possível é também a

---

<sup>40</sup> Há também um debate sobre se é a versão completa deste princípio que explica a ausência de certas partes, ou se há uma versão mínima deste princípio que seria mobilizada por Aristóteles quando ele quer apenas explicar a ausência de uma parte. Para a segunda posição, ver Lennox (2001). Para a ideia de que mesmo a versão mínima deste princípio dependeria fundamentalmente da sua versão completa, ver Henry (2014) e Gottlieb & Sober (2017).

<sup>41</sup> O que se pode verificar, como observa Leunissen (2010, p. 126, 130, 132, 212), se nos colocarmos diante da situação hipotética em que a natureza tem de projetar o animal que será gerado, pois se ela de fato tivesse de decidir que partes não necessárias um dado animal deve ter, como suas partes devem ser e como elas devem estar distribuídas pelo seu corpo, ela agiria de modo a promover o que é melhor para um animal deste tipo em particular (tendo em vista 1) as partes que ele necessariamente tem dado o tipo de animal que é, 2) o tipo de vida que este animal leva, e 3) os materiais disponíveis para a geração das partes não necessárias).

<sup>42</sup> Ver, por exemplo, GA II.6 744a35-b1 e GA V.8 788b20–789a2. Apesar da importância dessas passagens para meu ponto (como veremos na sequência), não posso analisá-las aqui.

saúde que é objeto da medicina, ainda que o médico esteja diante de um paciente terminal que não poderá ser curado. Portanto, haveria boas razões para se dizer que também no âmbito prático algo semelhante ocorre: ao agir do melhor modo possível dadas as circunstâncias, o agente moral visa precisamente sua εὐδαιμονία, ainda que seus infortúnios sejam tamanhos que ela não lhe seja mais uma possibilidade. Outrossim, ao vir ao socorro de uma constituição que não dispõe de condições materiais para a instituição do melhor regime, também o legislador ou o político que domina a ciência política tal como concebida por Aristóteles estaria operando com vistas à promoção máxima da εὐδαιμονία, que é o que se dá de modo pleno no melhor regime, mas que também pode ser realizado com menor grau de sucesso em outros regimes.<sup>43</sup> Portanto, ele estaria operando com vistas a instituir o melhor regime *tanto quanto possível*, o que seria equivalente a tentar promover a εὐδαιμονία tanto quanto possível.

## 4

À guisa de conclusão, gostaria de analisar rapidamente parte da sequência do argumento de *Pol.* IV.1 à luz dos resultados da seção anterior. Vejamos então *Pol.* IV.1 1288b21-33:

[21] Por conseguinte, é evidente que também compete à mesma ciência considerar qual é a melhor constituição<, a saber,> como é a constituição que está em máximo acordo com o que se deseja idealmente se não houvesse impedimentos exteriores, e qual se adequa a qual <cidade>, [25] pois certamente é impossível que as cidades comuns alcancem a melhor constituição, de modo que não deve passar despercebido ao bom legislador e ao verdadeiro político tanto a <constituição> mais excelente sem qualificações quanto a melhor constituição dadas as circunstâncias. Além disso, em terceiro lugar, a

---

<sup>43</sup> Semelhantemente, para a ideia de que o legislador opera como causa eficiente exterior das cidades ao estabelecer suas leis e constituições, ver Leunissen (2017, p. 6, n. 7).

melhor *ex hypothesi*, pois é preciso ser capaz de conhecer como uma dada <constituição> primeiramente veio a ser e, tendo vindo a ser, [30] de que modo ela poderia ser preservada por mais tempo. Quero dizer, por exemplo, se ocorre que uma cidade nem é governada pela melhor constituição e é inclusive desprovida dos recursos necessários <para tal>, nem <é governada> pela <melhor constituição> possível dadas as circunstâncias, mas pela pior<sup>44</sup>

De acordo com esta passagem, haveria ao menos três níveis de atuação da ciência política:<sup>45</sup>

(1) considerar qual seria a melhor constituição se não houvesse impedimentos exteriores;

(2) considerar qual seria a melhor constituição dadas as circunstâncias;

(3) considerar de que modo uma dada constituição poderia ser preservada por mais tempo.

A princípio, (3) parece ser a tarefa mais problemática para minha tese. No entanto, como já observei acima (na nota), a prática do próprio Aristóteles ao falar do modo pelo qual se preservam os diferentes regimes dá sinais claros de que o nível (3) da ciência política é pensado por ele em termos normativos, pois em última análise a real estabilidade de um regime desviado depende de

---

<sup>44</sup> “ὥστε δῆλον, ὅτι [22] καὶ πολιτεῖαν τῆς αὐτῆς ἐστὶν ἐπιστήμης τὴν ἀρίστην θεωρῆσαι [23] τίς ἐστὶ καὶ ποία τις ἂν οὐσα μάλιστα’ εἴη κατ’ εὐχὴν μηδε[24]νὸς ἐμποδίζοντος τῶν ἐκτὸς καὶ τίς τίσιν ἀρμόττουσα· πολ[25]λοῖς γὰρ τῆς ἀρίστης τυχεῖν ἴσως ἀδύνατον, ὥστε τὴν κρατί[26]στην τε ἀπλῶς καὶ τὴν ἐκ τῶν ὑποκειμένων ἀρίστην οὐ δεῖ [27] λεληθέναι τὸν ἀγαθὸν νομοθέτην καὶ τὸν ὡς ἀληθῶς πολιτικόν, [28] ἔτι δὲ τρίτην τὴν ἐξ ὑποθέσεως· δεῖ γὰρ καὶ τὴν δοθεῖσαν δύ[29]νασθαι θεωρεῖν ἐξ ἀρχῆς τε πῶς ἂν γένοιτο καὶ γενομένη [30] τίνα τρόπον ἂν σώζοιτο πλεῖστον χρόνον· λέγω δὲ οἷον εἴ τι [31] πόλει συμβέβηκε μῆτε τὴν ἀρίστην πολιτεῦεσθαι πολιτεῖαν [32] ἀχωρήγητόν τε εἶναι καὶ τῶν ἀναγκαίων μῆτε τὴν ἐνδε[33]χομένην ἐκ τῶν ὑπαρχόντων, ἀλλὰ τίνα φαυλοτέραν.”

<sup>45</sup> Haveria também um quarto nível, como fica claro na sequência: considerar qual constituição que melhor se adequa a *todas as cidades*, isto é, que seria mais fácil de instituir em qualquer cidade. No entanto, a análise deste “quarto nível” da ciência política de Aristóteles não afeta meu ponto, razão pela qual está fora do escopo deste artigo.

medidas que progressivamente o aproximem de um regime correto, de modo que medidas que se toma no nível (3) visam fundamentalmente colocar a cidade em condições tais que ela possa, no futuro, ser regida pela melhor constituição que lhe for possível dadas as suas circunstâncias.<sup>46</sup> Resta, portanto, explicar de que maneira o nível (2) não é independente do nível (1).

Gostaria de sugerir que as dificuldades aqui são provenientes sobretudo da diferente perspectiva em que o princípio que discuti na seção anterior é mobilizado nesta passagem. Ao falar em termos de três diferentes níveis de atuação da ciência política, Aristóteles pareceria sugerir que o objeto em cada um destes níveis é distinto e independente daquele dos demais níveis. No entanto, se observamos que a diferença entre o que se faz no nível da melhor constituição *simpliciter*, o que se faz no nível da melhor constituição dadas as circunstâncias, e o que se faz no nível de cidades governadas sob uma constituição desviada que não dispõem de recursos para a melhor constituição se deve a uma diferença de *circunstâncias*, pode-se ver mais claramente como nestes três níveis o que está em questão é a promoção de um e um mesmo fim, o qual se dará com diferentes graus de sucesso a depender das circunstâncias, isto é, a depender da cidade que se pretende reformar ou dos recursos disponíveis para a fundação de uma nova cidade em uma dada região.

Ora, parece que o que se dá em (1) não é senão um caso de (2), visto que em (1) se considera qual é o melhor regime *em circunstâncias ideais* (mas não impossíveis). Se isso é verdade, há um mesmo critério normativo com base no qual se determina tanto a constituição de nossas preces (i.e., a melhor constituição *simpliciter*) quanto a melhor constituição em circunstâncias não ideais. Quer-me parecer que este critério é precisamente a εὐδαιμονία. Em *Pol.* VII.13

---

<sup>46</sup> Ainda que seja verdade que, tal como queria Jaeger, a natureza do regime em questão cumpra a função de *hipótese* nesta reforma (como é evidente em *Pol.* V.11 1314a35-40). Porém, esta hipótese não é o que oferece os critérios normativos para a reforma.

1332a4-7, Aristóteles diz o seguinte acerca da melhor constituição, a assim chamada “constituição de nossas preces”:

[...] e <uma vez que> esta [sc. a melhor constituição] [5] é aquela com base na qual a cidade é melhor governada, e se governa melhor <com base naquela constituição> com base na qual é possível que a cidade alcance a εὐδαιμονία em máximo grau, é evidente que não deve passar despercebido o que é a εὐδαιμονία.<sup>47</sup>

Portanto, parece que a diferença fundamental entre a melhor constituição *simpliciter* e a melhor constituição dadas as circunstâncias está no grau com que cada uma delas permite que a cidade alcance a εὐδαιμονία. Desse modo, tal como não haveria diferentes naturezas de animal que orientam cada um dos estágios do desenvolvimento do animal em questão, mas uma única natureza com vistas à qual coisas diferentes são produzidas nos diferentes estágios de seu desenvolvimento (i.e. em diferentes circunstâncias), assim também na reforma de cidades que não dispõem de recursos para o melhor regime e que ainda não estão prontas sequer para um regime correto, atua-se com vistas a prover esta cidade com os recursos para que ela possa ser governada pelo melhor regime que lhe for possível. Nas palavras de Aristóteles em *Pol.* VII.13 1332a28-29: “é necessário que algumas coisas estejam disponíveis <para o legislador>, ao passo que outras ele deve preparar” (Αναγκαῖον [...] τὰ μὲν ὑπάρχειν, τὰ δὲ παρασκευάσαι τὸν νομοθέτην).

O legislador (e, em geral, o político),<sup>48</sup> então, tal como a natureza, não faz nada em vão, mas atua sempre com vistas a promover o melhor possível dadas as circunstâncias de que está diante. No caso de uma cidade que dispõe de recursos para ser governada pela constituição de nossas preces, ele poderá instituir um

---

<sup>47</sup> “αὕτη δ’ [5] ἐστὶ, καθ’ ἣν ἄριστ’ ἂν πολιτεύοιτο πόλις, ἄριστα δ’ ἂν πολι[6]τεύοιτο, καθ’ ἣν εὐδαιμονεῖν μάλιστα ἐνδέχεται τὴν πόλιν, [7] δῆλον, ὅτι τὴν εὐδαιμονίαν δεῖ, τί ἐστι, μὴ λανθάνειν”.

<sup>48</sup> Na sequência faço menção apenas à figura do legislador, mas o mesmo se aplica de modo geral ao político que domina a ciência política tal como concebida por Aristóteles.

regime que promove a εὐδαιμονία em máximo grau. Em cidades que não dispõem de recursos o suficiente para tal no momento, cabe ao legislador educar a população e redistribuir bens, por exemplo, de modo tal que, no futuro, a constituição de nossas preces possa ser instituída. Já em cidades que nem dispõem de recursos para o melhor regime e que tampouco poderão obter esses recursos (por exemplo, em razão de uma localização geográfica que impede completamente a instituição da constituição de nossas preces<sup>49</sup>), caberá ao legislador ainda assim promover εὐδαιμονία tanto quanto possível, o que ele só poderá fazer visando a instituição de regimes que se aproximam em alguma medida da constituição de nossas preces. Na constituição de nossas preces, todos homens livres por natureza que não sejam estrangeiros podem tomar parte no poder e são virtuosos, e estão, portanto, em plenas condições de alcançar a εὐδαιμονία.<sup>50</sup> Em outras constituições corretas, porém, ou bem nem todos cidadãos são virtuosos tomados individualmente (como é o caso no regime constitucional), ou bem nem todos homens livres por natureza que não são estrangeiros são virtuosos e tomam parte no poder (como ocorre em aristocracias e monarquias), de modo que, nestes regimes, a εὐδαιμονία não poderá ser alcançada no mesmo grau que na constituição de nossas preces.<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> Para requisitos para a constituição de nossas preces relacionados à localização geográfica da cidade, ver *Pol.* VII.5.

<sup>50</sup> Há duas questões remanescentes de que não posso tratar aqui. A primeira diz respeito ao sentido em que todos os cidadãos do melhor regime são virtuosos. A segunda diz respeito ao tipo de εὐδαιμονία promovido pelo melhor regime. As duas questões estão conectadas, pois dado que Aristóteles de fato apresenta uma defesa da vida contemplativa em *Pol.* VII.3, resta saber se a virtude moral é ou não necessária para se alcançar a εὐδαιμονία contemplativa. Em todo caso, parece razoável dizer que, na constituição de nossas preces, é facultado a todos cidadãos perseguir εὐδαιμονία política tomando parte no poder, ainda que seja desejável que tão somente um cidadão tome parte no poder, enquanto os demais se dedicam à vida contemplativa.

<sup>51</sup> Sobre como as três constituições corretas refletem os diferentes graus em que a capacidade de alcançar a virtude se manifesta na população, o que seria sinal claro de um pessimismo de Aristóteles herdado de Platão, ver Zingano (2013, p. 210-211).

## Bibliografia

- BARNES, J. (1993). Aristotle. *Posterior Analytics* (translation with a commentary). Oxford, Clarendon Press. (1<sup>st</sup> ed. 1975).
- BONITZ, H. (1870). *Index Aristotelicus*. Berlin, Georg Reimer.
- BRUNSCHWIG, J. (1967). Aristote. *Topiques. Tome 1, Livres I-IV* (texte établi et traduit). Paris, Les Belles Lettres.
- CARDEW, M. E. (1900a). Xenophontis. *Opera omnia. Vol. 2*. Oxford, Clarendon Press.
- CARDEW, M. E. (1900b). Xenophontis. *Opera omnia. Vol. 3*. Oxford, Clarendon Press.
- CHARLES, D. (2019). The fine shines through: *EN. I 8-11*. In: MASI, F.; MASO, S.; VIANO, C. (eds.), *Êthikê Theôria. Studi sull'Etica Nicomachea in onore di Carlo Natali*. Roma, Edizioni di Storia e Letteratura.
- DAY, J.; CHAMBERS, M. (1957). *Aristotle's History of Athenian Democracy*. Amsterdam, Adolf M. Hakkert.
- DESTRÉE, P. (2015). Aristotle on improving imperfect cities. In: LOCKWOOD, T.; SAMARAS, T. (eds.). *Aristotle's Politics: A Critical Guide*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 204-223.
- DREIZEHNTER, A. (1970). *Aristoteles' Politik*. München, Wilhelm Fink Verlag.
- DÜRING, I. (1993). *Der Protreptikos des Aristoteles*. Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann. (2. Aufl.)
- GOLITSIS, P. (2021). ΑΡΙΣΤΟΤΕΛΟΥΣ ΠΕΡΙ ΠΟΡΕΙΑΣ ΖΩΩΝ. In: FALCON, A.; STRAVRIANEAS, S. (eds.), *Aristotle on How Animals Move: The De incessu animalium: Text, Translation, and Interpretative Essays* Cambridge, Cambridge University Press.

GOTTLIEB, P.; SOBER, E. (2017). Aristotle on "Nature does nothing in vain". *HOPOS: The Journal of the International Society for the History of Philosophy of Science* 7, n. 2, p. 246-271.

HEINAMAN, R. (1993). Rationality, Eudaimonia and Kakodaimonia in Aristotle. *Phronesis* 38, n. 1, p. 31-56.

HENRY, D. (2014). Optimality Reasoning in Aristotle's Natural Teleology. *Oxford Studies in Ancient Philosophy* 45, p. 225-263.

HEYLBUT, G. (1889). *Aspasio in Ethica Nicomachea*. Berlin, Georg Reimer.

HIRJI, S. (2020). Aristotelian Eudaimonism and the Dualism of Practical Reason. In: PAYTAS, T.; HENNING, T. (eds.). *Kantian and Sidgwickian Ethics: The cosmos of duty above and the moral law within*. London, Routledge, p. 187-209.

HORN, C. (2013). Law, governance, and political obligation. In: DESLAURIERS, M.; DESTRÉE, P. (eds.). *The Cambridge Companion to Aristotle's Politics*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 223-246.

JAEGER, W. (1923). *Aristoteles. Grundlegung einer Geschichte seiner Entwicklung*. Berlin, Weidmannsche Buchhandlung.

KAHN, C. (1990). The Normative Structure of Aristotle's *Politics*. In: PATZIG, G. (ed.), *Aristoteles' „Politik“*. Akten des XI. Symposium Aristotelicum Friedrichshafen/Bodensee 25.8.–3.9. 1989. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.

KASSEL, R. (ed.) (1976). *Aristotelis. Ars Rhetorica*. Berlin, Walter de Gruyter.

LENNOX, J. G. (2001). Nature does nothing in vain.... In: LENNOX, J. G. (ed.) *Aristotle's Philosophy of Biology: Studies in the Origin of Life Science*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 205-223

LESZL, W. (1989). La politica è una "techne"? E richiede un'"episteme"? Uno studio sull'epistemologia della "Politica" di

Aristotele. In: BERTI, E.; NAPOLITANO, L. M. (eds.), *Etica, Politica, Retorica. Studi su Aristotele e la sua presenza nell'età moderna*. L'Aquila, Japadre, p. 75-134.

LEUNISSEN, M. (2010). *Explanation and Teleology in Aristotle's Science of Nature*. Cambridge, Cambridge University Press.

LEUNISSEN, M. (2017). *From Natural Character to Moral Virtue in Aristotle*. Oxford, Oxford University Press.

MCKIRAHAN, R. D. (1992). *Principles and proofs: Aristotle's Theory of Demonstrative Science*. Princeton, Princeton University Press.

MILLER, F. D. (1997). *Nature, Justice, and Rights*. Oxford, Oxford University Press.

MORAUX, P. (1965). Aristote. *Du Ciel* (texte établi et traduit). Paris, Les Belles Lettres.

NARBONNE, J.-M. (2021). *Sagesse cumulative et idéal démocratique chez Aristote*. Québec, Presses de l'Université Laval.

NEWMAN, W. L. (1887a). *The Politics of Aristotle. Vol. I*. Oxford, Clarendon Press.

NEWMAN, W. L. (1887b). *The Politics of Aristotle. Vol. II*. Oxford, Clarendon Press.

NEWMAN, W. L. (1902a). *The Politics of Aristotle. Vol. III*. Oxford, Clarendon Press.

NEWMAN, W. L. (1902b). *The Politics of Aristotle. Vol. IV*. Oxford, Clarendon Press.

PISTELLI, E. (ed.) (1996). Iamblich. *Protrepticus*. Leipzig, Teubner.

ROSS, W. D. (1949). Aristotles. *ἈΡΙΣΤΟΤΕΛΟΥΣ ἈΝΑΛΥΤΙΚΑ: Aristotle's Prior and Posterior Analytics*. Oxford, Clarendon Press.

ROSS, W. D. (1955). Aristotle. *Parva naturalia*. Oxford, Clarendon Press.

ROWE, C. J. (1977). Aims and Methods of Aristotle's Politics. *The Classical Quarterly* 27, n. 1, p. 159-172.

SCHNEIDER, J. G. T. (ed.) (1809). Aristotelis. *Politicorum libri octo superstites*. Frankfurt an der Oder, Taberna Libraria Academica.

SCHÜTRUMPF, E. (1989). Platonic Methodology in the program of Aristotle's Political Philosophy: *Politics* IV.1. *Transactions of the American Philological Association* 119, p. 209-218.

SUSEMIHL, F. (ed.) (1879). *ΑΡΙΣΤΟΤΕΛΟΥΣ ΠΟΛΙΤΙΚΑ*. *Griechisch und Deutsch*. Leipzig, Verlag von Wilhelm Engelmann.

SUSEMIHL, F.; APELT, O. (eds.) (1912). Aristotelis. *Ethica Nicomachea*. Leipzig, Teubner.

VON ARNIM, H. F. A. (1924). *Zur Entstehungsgeschichte der aristotelischen Politik*. Wien, Hölder-Pichler-Tempsky A.-G.

ZINGANO, M. A. D. Á. (2013). Natural, ethical, and political justice. In: DESLAURIERS, M.; DESTRÉE, P. (eds.), *The Cambridge Companion to Aristotle's Politics*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 199-222.

---

Submetido em 29/03/2023 e aprovado para publicação em 19/04/2023



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado.

---

**Gostaria de enviar um artigo para a Revista *Archai*? Acesse <http://www.scielo.br/archai> e conheça nossas *Diretrizes para Autores*.**

---